

O SERTÃO DO ASSÚ: o processo de cristianização da Freguesia de São João Batista do Assú – séc. XVIII-XIX



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38421>

Mario Sélio Ferreira de Brito

RESUMO: A Freguesia de São João Batista do Assú foi a primeira a ser criada no sertão da Capitania do Rio Grande (do Norte), no ano de 1725. Desde então, ficou sob seus cuidados, um imenso território cristão abrangendo as duas margens do Rio Açu. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de cristianização desta freguesia, considerando como pontos norteadores as capelas, que foram sendo erigidas ao longo do século XVIII e entrando no século XIX. Como fontes, foram utilizados documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas de sesmarias, relatórios de visitas dos bispos de Pernambuco, somados com a produção historiográfica sobre o sertão do Assú. Destarte, foi possível apontar algumas considerações que trilham sobre dispersão e lentidão concernentes à cristianização da freguesia em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão do Assú; Freguesia do Assú; Cristianização do Espaço; Capelas.

THE HINTERLANDS OF ASSÚ: the process of Christianization in the Parish of São João Batista do Assú – 18th-19th centuries

ABSTRACT: The first parish to be created in the backlands of the Captaincy of Rio Grande (do Norte) was the Parish of São João Batista do Assú, in 1725. Since then, this parish has been entrusted with the care of a vast Christian territory extending across both banks of the Açu River. Therefore, this study is aimed at understanding the process of Christianization of the Parish of São João Batista do Assú, using its chapels — which were erected from the 18th century into the 19th century — as focal points. The corpus of sources used in this research includes documents from the Arquivo Histórico Ultramarino, land grant letters, reports on visits conducted by the bishops of Pernambuco, along with the historiographical production on the hinterlands of Assú. As a result, it was possible to point out some considerations that trace the dispersion and slowness regarding the Christianization in the Parish of São João Batista do Assú.

KEYWORDS: Hinterlands of Assú; Parish of Assú; Christianization of the land; Chapels.

Introdução

Com a diminuição dos conflitos da “Guerra do Açu” no sertão do Rio Grande por volta do ano de 1720, intensificou-se a chegada de muitos sesmeiros e vaqueiros para ocupar essas terras. Aos poucos, os novos ocupantes, assim tratados pois não discutimos um sertão vazio, foram moldando o espaço com as concessões de sesmarias e a multiplicação do gado. Dos luso-brasílicos que estiveram nos conflitos contra os povos indígenas, os Tarairiú/Otxakawane, muitos permaneceram; outros vieram da cidade de Natal da Capitania do Rio Grande com o intuito de conseguirem vastas extensões de terras e aumentar cabedais. Com esse mesmo intuito, dezenas de outros vieram de capitâncias vizinhas como as do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e até mesmo da Bahia.

Capistrano de Abreu (2006) escreveu em sua obra *Capítulos de História Colonial*, as dificuldades enfrentadas pelas primeiras levas de luso-brasílicos que se embrenharam pelos sertões para criar gado quanto à alimentação e à adaptação. No sertão do Assú não foi diferente. Além dessas dificuldades, não esqueçamos das espirituais para atender os cristãos católicos no cumprimento dos sacramentos e o amparo de um sacerdote diante de suas necessidades. No sertão da Capitania do Rio Grande, especificamente no que ficou conhecido como sertão do Assú, antes da construção da primeira capela, a Igreja mais próxima se encontrava na cidade do Natal, o que se tornava inviável o deslocamento com frequência para obter assistência dos preceitos religiosos.

Dessa forma, os oratórios exerciam a função de pequenas capelas no interior dos fogos – moradias - espalhados pelos sertões. Segundo Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza (2002), ao estudarem a religiosidade na América portuguesa no período colonial, explicam que existia uma maneira de organizar os oratórios domésticos pelas famílias. De acordo com Vainfas e Souza,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

“[...] no topo, quase sempre, a cena da crucificação, onde figuravam, ao pé da Cruz, a Virgem das Dores, São João e Maria Madalena, ao que se acrescentava o santo de que o dono do “oratoriozinho” era devoto — o qual era devidamente bento pelo missionário ou vigário do lugar” (Vainfas; Souza, 2002, p. 22).

Os santos e santas eram vistos como elementos de mediações entre os fiéis e Deus. É tanto, que Vainfas e Souza (2002) nos diz que estes estavam por toda a parte: nos oratórios, capelas, orações e promessas, além das imagens que se espalhavam pelas casas. Ou seja, os santos e santas estavam presentes, diariamente, na vida dos fiéis como garantia de proteção para si e seus familiares, como também na esperança de alcançar as graças suplicadas. Graças essas, pedidas aos santos em momentos de dificuldades relacionadas às questões naturais, principalmente as estiagens – secas – ou perigos de vida e doenças. É nesse processo de ocupação, necessidades espirituais, promessas e devoções que o sertão do Assú foi construindo as bases de um território cristão ao longo dos séculos XVIII e XIX. Contudo, é preciso compreender como se deu o processo de territorialização desse espaço nos anos em que antecederam a criação da Freguesia de São João Batista do Assú.

Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de cristianização do espaço da Freguesia de São João Batista do Assú, considerando como pontos norteadores as capelas, que foram sendo erigidas ao longo do século XVIII e XIX. Como fontes para essa empreitada, foram utilizados documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, cartas de sesmarias, relatórios de visitas dos bispos de Pernambuco, somados com a produção historiográfico sobre o sertão do Assú.

A territorialização do sertão do Assú

Com a saída dos holandeses da Capitania do Rio Grande, em 1654, assumiu o governo desta, o Capitão-mor Antônio Vaz Gondim, em 1656 e, a partir daí,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

começou a política de interiorização, pois a aglomeração populacional dos luso-brasílicos estava diretamente concentrada no litoral.

Para o sertão, especificamente o do Assú, esse processo foi adentrando quando se projetou, não mais conhecer o espaço, mas sim, apropriar-se dele para dar continuidade à política do domínio efetivo da Coroa portuguesa sobre os sertões. Nesse caso, o objetivo era a conquista e o povoamento pois, só assim, garantia o pleno domínio da autoridade real sobre as terras da Capitania do Rio Grande. Contudo, vale salientar que mesmo o gado se espalhando pelas ribeiras da capitania, a plantação não deixou de ter seu papel abrasador na economia de subsistência, algo fundamental em se tratando da fixação humana pelos espaços na constituição de novos territórios, ligando-se à criação do gado.

Nesse sentido, os currais e os sítios começaram pouco a pouco a se materializarem pelos sertões, onde habitavam os Tarairiú/Otxakawane, descritos nas documentações coloniais como “gentios bravos”. Dessa maneira, não tardou para ocorrer choques de interesses entre as partes: de um lado, os povos indígenas querendo defender os seus territórios e suas identidades; do outro, os colonizadores luso-brasílicos determinados a demarcar essas terras para fazer delas, aumento de cabedais e criar seus gados, cavalos, cabras e ovelhas, transformando-os em territórios coloniais. Isto posto, não tardou para que ocorressem os conflitos que ficaram registrados na historiografia como “Guerra dos Bárbaros”¹ e, especificamente, referindo-se ao nosso recorte espacial, a “Guerra do Açu”.

¹ Apesar da importância desse conflito para se discutir a ocupação do sertão do Assú, não é o nosso objetivo adentrar a fundo nessa questão. Aos que se interessam por essa discussão, indico alguns autores como: LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, 2003; TAUNAY, Afonso. **A Guerra dos Bárbaros**. Edição Especial. Coleção Mossoroense. s/d.; PIRES, Maria Idalina Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.; PUTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil – 1650-1720. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.; GALINDO, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias (1651-1798)**.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Sobre essa constituição de um território colonial, escreveu o historiador Helder Macedo em sua obra *Populações Indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte*,

[...] é o processo de apropriação dos campos e vales do sertão, com a finalidade de montar currais para o criatório e erguer casas para morada. Em outras palavras, vale dizer, a constituição gradativa de um território colonial, que pouco a pouco vai se sobrepondo aos territórios habitados pelos Tarairiu – sobreposição que, com o passar dos anos, no instante em que as diferenças entre o mundo ocidental e o nativo são avivadas, levam aos sangrentos conflitos que os textos do período chamaram de “Guerra dos Bárbaros” (Macedo, 2011, p. 109).

Como aponta Macedo (2011), para atingir o objetivo de constituir um território colonial, o sertão da Capitania do Rio Grande tornou-se um espaço cobiçado pelos criadores de gado, fazendo surgir uma intensa leva de sesmeiros, de forma individual ou em grupos, sempre com o mesmo propósito: a necessidade de terras para acomodar seus gados “vacuns” e “cavaleiros” (Bluteau, 1789, p. 248 e 505) acrescidos, alguns, de cultivo de roça e povoamento. Muitas das vezes eram pessoas que moravam em outras capitâncias como a de Pernambuco, da Paraíba e a do Ceará, com cabedal e/ou patente militar.

Entre esses sesmeiros esteve João Fernandes Vieira. Ao iniciar o ano de 1680, no dia 4 de janeiro, o Capitão-mor Geraldo de Suni concedeu uma concessão de sesmaria a João Fernandes Vieira². A primeira sesmaria de João Fernandes – concedida em 1666 – estava localizada no rio Ceará-Mirim a leste do rio Açu e se estendendo até o Porto de Touros, ao norte. Dois anos depois, em 1668, recebeu mais uma sesmaria seguindo o mesmo alinhamento e dimensão da primeira na qual se estendia do rio Ceará-Mirim até o Porto de Touros e seguindo para o oeste. Dessa forma, podemos perceber que João Fernandes Vieira não estava suplicando terras de forma aleatória, pelo contrário, ele estava tracejando uma grande extensão de terras

²BR SILB RN0197. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/418. Acesso em: 29-04-2024.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

que vinha se expandindo para a desembocadura do rio Açu. Ou seja, cada vez mais para o oeste da capitania, o que mostra a sua estratégia, dois anos depois, quando pede a terceira sesmaria na ribeira propriamente dita do Assú no lugar chamado “Três Irmãos”, que ficava na desembocadura do rio Açu.

Assim como João Fernandes Vieira, muitos outros sesmeiros requereram enormes quantidades de terras pelo vasto sertão do Assú, como foi o caso de Domingos Fernandes Araújo e Gonçalo Leitão Arnoso que somados a mais cinco requerentes, pediam 6 léguas de largura com 5 de comprimento para cada suplicante no curso do rio Açu. Ou seja, na segunda metade do século XVII para o início do século XVIII, o tamanho das sesmarias requeridas era enorme na Capitania do Rio Grande, o que atraía mais sujeitos querendo garantir para criar gados no sertão do Assú.

Destarte, à medida que as sesmarias iam sendo requeridas e doadas, aumentava também a chegada de mais gado e sujeitos que tentavam se fixarem de forma permanente pelo sertão do Assú. Porém, como dito anteriormente, os conflitos foram se intensificando contra os Otxakawane e, nesse momento que corresponde às últimas décadas do século XVII, surgiu a primeira tentativa de fundar um arraial e ela coube ao sesmeiro João Fernandes Vieira.

O arraial fundado por João Fernandes Vieira, em 1682, no sertão do Assú, não recebeu um nome específico, mas serviu de centro de operações militares. Segundo Rubenilson Teixeira, cinco anos depois, movidos pelo conflito contra os Tarairiú/Otxakawane, o Capitão Manoel Abreu Soares é enviado ao sertão do Assú para socorrer o seu substituto, o Sargento-mor Manoel da Silva Vieira, no ano de 1687. Após três meses de batalhas, ele instala, em 20 de julho de 1687, um novo arraial, o segundo que foi denominado de Santa Margarida, em homenagem à santa do dia (Teixeira, 2009). De acordo com Olavo de Medeiros Filho, o novo arraial ficava a 2 quilômetros da Casa-Forte, construído antes do arraial, pelo lado do sul.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Essa nova construção ocupacional do espaço, serviu de ponto de apoio para os oficiais e seus soldados durante os conflitos que persistiam pelo sertão da Capitania do Rio Grande.

O Arraial de Santa Margarida perdurou por quase dez anos, quando, em fevereiro de 1696, o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, chegando ao mesmo arraial, segundo Medeiros Filho (1984), fundou outro, nomeando-o de Nossa Senhora dos Prazeres, substituindo o nome do anterior. Dois meses depois, deu ordem de construção de um presídio que recebeu o mesmo nome de Nossa Senhora dos Prazeres, fundado na data de 24 de abril de 1696.

Depois que o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo criou o Arraial de Nossa Senhora dos Prazeres, este serviu como ponto de apoio para as estratégias bélicas, mas também, para a irradiação do núcleo populacional que foi embrionário para ser construída a capela de São João Batista do Assú e da futura freguesia que recebeu o nome do mesmo orago.

Freguesia de São João Batista do Assú – freguesia *mather*

De acordo com Ronaldo Vainfas, freguesia é definida como “a célula base da Igreja Católica, assentadas na atividade dos párocos em contato com suas ovelhas” (Vainfas, 2000, p. 294). Dessa forma, assumindo um território com função dupla: tanto a posse da Igreja Católica quanto da Coroa portuguesa (Macedo, 2011). A Igreja Católica ficava responsável em dar assistência religiosa aos seus fregueses, na maioria das vezes, dispersos pelos vastos sertões; como também passava a ter certo controle numérico de seus fiéis quando eram registrados nos livros de assentos das freguesias. Contudo, de forma precisa ou não, a Coroa portuguesa passava a ter noção dos espaços que foram colonizados pelos luso-brasílicos, como também da possibilidade numérica dos seus súditos.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Algumas freguesias foram criadas a partir do desmembramento de outras. Essa fragmentação do território cristão tinha como finalidade um maior controle sobre o território. Entretanto, nem todas surgiram seguindo esse processo de desmembramento. Pelo contrário, muitas delas surgiram ao longo das ribeiras dos principais rios do território ultramarino como gênese de ocupação e controle dos luso-brasílicos e as ordens reais. Um desses casos, aconteceu no sertão da Capitania do Rio Grande, especificamente, na Ribeira do Assú, no ano de 1725, quando foi criada a Freguesia de São João Batista do Assú.

Segundo Olavo de Medeiros Filho (2002), a construção da capela se deu no ano de 1712, quando o senhor Sebastião de Souza Jorge, proprietário do Sítio Icu, doou o terreno para patrimônio do orago São João Batista. Anos depois, de acordo com Nestor Lima (1929), foi criada a Freguesia de São João Batista do Assú no ano de 1725, sendo canonicamente instituída um ano depois. Coube ao seu primeiro vigário, o Padre Manoel de Mesquita e Silva, a responsabilidade de zelar e cuidar espiritualmente dos seus fregueses que tenderam a aumentar com o crescimento das concessões de sesmarias e o aumento de fazendas para criação de gado na Ribeira do Assú.

Uma vez criada e sendo a primeira freguesia no sertão da Capitania do Rio Grande no século XVIII, começou também o processo de cristianização desse espaço através das relações de poder e controle da Igreja Católica. A historiadora Cláudia Damasceno Fonseca (2011), ao estudar a realidade da Capitania das Minas Gerais, em sua obra *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*, pontua que a edificação de capelas, igrejas e como se organizava a administração dos sacramentos, contribuem para esse processo e, impregnado de significados próprios, contribuiu para a organização de uma sociedade em torno daquilo que a Igreja Católica acreditava ser ideal junto aos preceitos do poder Real.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Com isso, esses edifícios cristãos, passavam a fazer parte do processo de territorialização que iam se constituindo nos espaços das freguesias. Para Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), em sua obra *Território e História do no Brasil*, à medida que o processo de apropriação do espaço vai sendo efetivado, cria-se não só os mecanismos da materialidade, mas também a representação do poder e controle. Em suma, sobre a formação territorial, Moraes descreve que trata,

[...] de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (Moraes, 2002, p. 74).

Sob essa perspectiva, uma vez edificados os templos católicos, tornavam-se a representação da fé, tomados de significâncias e, com isso, contribuindo para a organização de sociedades, que foram se formando pelos diversos espaços do território do Brasil desde o século XVI. Diante dessa perspectiva, podemos trazer ao nosso olhar de estudo, o sertão da Capitania do Rio Grande (do Norte), com a criação da Freguesia do Assú e suas capelas que foram sendo construídas desde meados do século XVIII.

A Freguesia de São João Batista do Assú compreendia uma vasta extensão territorial a partir dos limites geológicos da Serra de Santana, direcionando-se para o norte, nos lugares conhecidos atualmente como Guamaré e Macau. Como também, da Serra conhecida como João do Vale, de Martins e Portalegre e a porção do Apodi, seguindo para o norte, aos lugares conhecidos atualmente como Mossoró, Areia Branca e Ponta do Mel. Contudo, a cristianização do espaço começou com a criação da Freguesia de São João Batista do Assú no que já delimitamos sertão do Assú acima e, até o ano de 1746, não existia nenhuma capela filial.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Essa é uma informação contida no Relatório *Ad Limina*, do Frei Dom Luiz de Santa Tereza, Bispo de Pernambuco, no qual a Freguesia do Assú foi descrita da seguinte maneira:

[...] Da cidade de Natal, ou não tal (como em vista do seu tamanho, por graça se diz) na distância de 30 léguas e a 113 da Catedral foi erigida a paróquia de São João Batista no lugar chamado Assú, cuja igreja de tamanho suficiente, construída de madeira e barro, tendo apenas um paramento encarnado e um branco, não possui objeto algum de prata; **não tem nenhum oratório filial** e carece de muitas coisas, como bem se comprehende pela sua extensão, que é de 40 léguas de longitude e 20 de latitude. [...] Olinda, 08 de maio de 1746 (Marinho, 2006, p. 59) (Grifo nosso)

A partir do relatório, é possível perceber que a Freguesia do Assú apresentava uma aparência rústica nos primeiros vinte anos de sua criação, sendo relatada com alguns detalhes como a sua estrutura de madeira e barro, ou seja, foi construída com a técnica de taipa. Até aqui, o relatório nos faz inferir sobre uma matriz não tão bem assistida pela Igreja Católica. Talvez o fato de estar a 113 léguas de distância de Olinda, sede do bispado de Pernambuco, e demonstrando pouca arrecadação de dízimos, tenha persistido essa situação ao longo das décadas seguintes de sua criação.

Além disso, até o ano de 1746, o relatório informa que não existia oratório filial, tratando-se na verdade da não existência de capelas filiais até aquela data. Contudo, foi a partir do ano seguinte, de 1747, que se iniciou a construção da primeira capela filial, localizada ao oeste da sede da Freguesia do Assú, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 - Relação das capelas filiais da Freguesia de São João Batista do Assú – século XVIII-XIX

Ano de criação	Nome das Capelas	Localização
1747	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Martins-RN)	Localizada ao Sudoeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú
1756	Capela de Santa Ana do Campo Grande (Campo Grande)	Localizada ao Sudoeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

		porém, ficando mais próxima de sua matriz.
1783	Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré	Localizada ao Nordeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú, no litoral.
17...*	Capela de Santa Ana do Matos – Santa Ana do Pé da Serra	Localizada ao Sudeste da sede da Matriz de São João Batista do Assú
1813	Capela de São José dos Angicos - Angicos	Localizada ao Leste da sede da Matriz de São João Batista do Assú

Fonte: Elaborado por Sélio Brito, baseado em LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Areia Branca, Arêz, Assú e Augusto Severo. Edição Fac-Similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26, 1 ed. 1929. MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda:** uma leitura dos relatórios das visitas *“ad limina apostolorum”* existentes em arquivos secreto do Vaticano e outras informações de visitas pastorais. Natal-RN: Nordeste, 2006.

*Não existe uma data precisa sobre a criação da Capela de Santa Ana do Matos. Contudo, considerando algumas informações como um casamento, assentado no Livro de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação no ano de 1806, inferimos que a sua criação tenha ocorrido em fins do século XVIII.

Ao analisar o quadro acima, é possível perceber que a cristianização espacial da Freguesia de São João Batista do Assú se deu em dois momentos: até a primeira metade do século XVIII, quando existia somente a sede da Matriz de São João Batista, como escrito no relatório do Frei Dom Luiz de Santa Tereza, em 1746. Nessas primeiras décadas, depois da criação da Freguesia de São João Batista do Assú, o vigário era o responsável em dar assistência religiosa a todos os seus fregueses que viviam dispersos pelo vasto território que compreendia o sertão da Capitania do Rio Grande, seguindo para o norte, até o litoral.

O segundo momento foi marcado pelas primeiras capelas que se tornaram filiais à Matriz de São João Batista do Assú. Esses templos foram sendo construídos, tanto na margem esquerda quanto na margem direita, porém, concentrou-se mais na margem direita do rio Açu. Sobre essa concentração, existe a possibilidade da fixação permanente dos sujeitos sob a perspectiva de famílias com bons cabedais. Nesse sentido, não devemos esquecer que as capelas só poderiam ser construídas após a autorização do bispo, além da confirmação de terras doadas para o seu patrimônio (Vide, 2011 [1707]).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Contudo, não devemos esquecer que, até o final do século XVIII, as capelas que foram construídas na Ribeira do Assú, eram muito distantes umas das outras. sem contar que, em períodos chuvosos, o deslocamento do vigário e/ou seu coadjutor, ficava impossibilitada em atender as necessidades religiosas dos cristãos católicos que moravam na margem direita do rio Açu, devido as cheias deste rio.

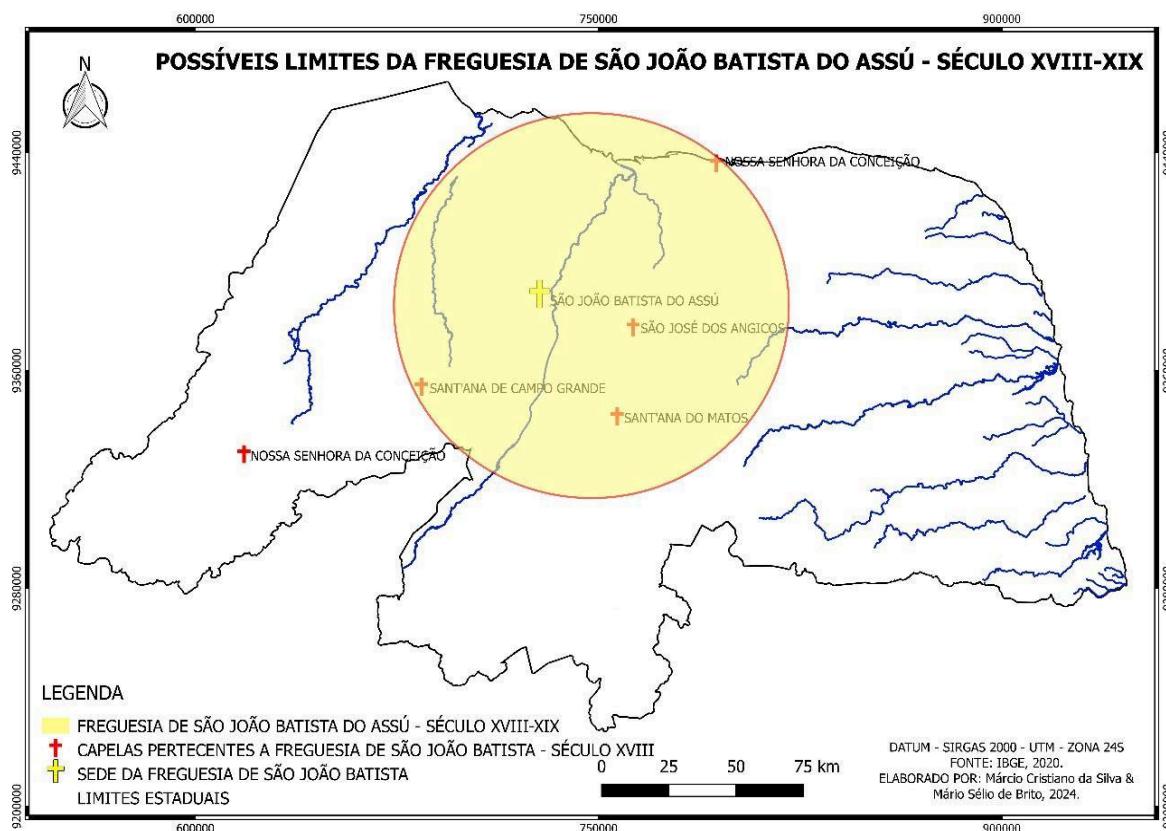
Dentre as capelas que estiveram sob os cuidados da jurisdição eclesiástica da Freguesia de São João Batista do Assú, a de Nossa Senhora da Conceição, localizada na Serra do Martins, antes de sua construção, recebeu 50 braças de terra, em quadra, para patrimônio no ano de 1747, do senhor Martins Roriz (Marinho, 2006). No dia 27 de abril de 1752, recebeu a Provisão e a licença para sua bênção, que foi realizada pelo Padre José de Aranda, vigário da vara do Assú (Lima, 1929; Marinho, 2011).

Uma capela que estava muito distante da Matriz de São João Batista do Assú, como também, da Ribeira do Assú, pois estava localizado muito próximo da Ribeira do Apodi. Dessa maneira, é bem provável que a assistência religiosa nos primeiros anos após sua benção, tenha sido muito reduzida pelo vigário da Matriz do Assú. Destarte, com a criação da Freguesia de Pau dos Ferros no ano de 1756, a Capela de Nossa Senhora da Conceição passou a fazer parte do território cristão desta freguesia. Assim, em termo de localização, a Capela de Santa Ana do Campo Grande, foi a única filial na margem esquerda do rio Açu e todas as demais que foram sendo construídas, na margem direita como mostra o mapa 1.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Mapa 1 - Possíveis limites da Freguesia de São João Batista do Assú – século XVIII-XIX



Fonte: Elaborado por Márcio Cristiano da Silva e Sélio Brito, 2024, baseado no IBGE, 2020.

Pelo mapa, é possível perceber a extensa área que formava o território cristão da Freguesia de São João Batista do Assú. Desse total, segundo o bispo de Pernambuco D. Tomaz da Encarnação Costa e Lima, compreendia 90 léguas³. Contudo, é importante frisar que o mapa traz uma projeção dos possíveis limites de sua abrangência, pois, falar de delimitações precisas de fronteiras no Período Colonial é algo arriscado. Isso porque, devido as vastas extensões e as dispersões dos fogos (moradias) pelo território, era comum ser atendidos por vigários ou coadjutores de freguesias próximas. Ou seja, eram limites porosos ou flexíveis.

³ Esta informação está contida na CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias, capelas, ermida e oratórios que têm o dito Bispado, e o número de clérigos seculares que existem em cada uma das freguesias. 19 de fevereiro de 1777.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Sendo assim, foi possível perceber que a cristianização espacial da Freguesia de São João Batista do Assú foi se constituindo em fins do da primeira metade do século XVIII (1747), até a primeira década do século XIX (1813). Ficando sob sua circunscrição eclesiástica as seguintes capelas filiais: a Capela de Santa Ana de Campo Grande, localizada na margem esquerda da Ribeira do Assú e, na margem direita da mesma ribeira, as Capelas de Nossa Senhora da Conceição (Guamaré), Santa Ana do Matos (Santana do Matos) e São José dos Angicos (Angicos)

Considerações finais

Como visto, a Freguesia de São João Batista do Assú foi a primeira a ser criada no sertão da Capitania do Rio Grande, objetivando dar assistência religiosa aos sujeitos, moradores que viviam dispersos em seus sítios e fazendas de gado. Entretanto, o vasto território cristão continuou a apresentar dificuldades de assistência religiosa no cumprimento dos sacramentos aos que moravam mais distantes e sendo beneficiados os sujeitos que moravam mais próximos à matriz.

Além disso, as questões de dificuldades não estavam presentes apenas no tocante ao percurso e dimensão espacial da freguesia. Mas, também, por fatores naturais, como no período chuvoso que dificultada o acesso do vigário e/ou o coadjutor na empreitada das desobrigas nos sítios, nas fazendas, nas capelas e nos oratórios particulares, existentes na margem direita da Ribeira do Assú. Somados a isso, muitas famílias que se estabeleceram na margem direita dessa ribeira, foram aumentando seus cabedais e, conscientes de sua fé católica, podem ter visto na criação de capelas, um meio de aproximação no cumprimento dos preceitos da Igreja Católica junto aos sujeitos, com assiduidade. Porém, são apenas suposições.

Assim, o processo de cristianização da Freguesia de São João Batista do Assú, percorreu quase um século (96 anos), desde o ato de sua criação em 1725, até

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

o ano de 1821. Esta última data, faz referência ao desmembramento do seu território cristão, para dar origem à Freguesia de Santa Ana do Matos, localizada na Ribeira do Assú, especificamente, na margem direita.

REFERÊNCIAS

Fontes

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Plataforma SILB – Sesmarias do Império Luso

Bibliografia

ALVES, Aluizio. **Angicos**: notas de história, aspectos geográficos, traços biográficos, economia, costumes e tradições. 1 ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da lingua Portugueza**. Tomo 1 e 2, Lisboa: Oficina de Simão Taddeo Ferreira, 1789.

COSTA, Renata Assunção. **“Porta do Céu”**: o processo da cristianização da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arrais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal-RN: EDUFRN, 2011.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**: uma leitura dos relatórios das visitas *“ad limina apostolorum”* existentes em arquivos secreto do Vaticano e outras informações de visitas pastorais. Natal-RN: Nordeste, 2006.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1984.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

_____ A igreja matriz do Assu, século XVIII. **Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras.** Vol.1, n.1 (1951), Natal: RN, 1951.

MORAES, Antônio C. R. Território e história no Brasil. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens:** a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009, p. 379-380.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de todos os santos.** 2. ed. São Paulo: Editora Zahar, 2002.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **As constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707].

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade